OCUPAÇÕES DE TERRA E CONFLITOS AGRÁRIOS NO NORTE DE GOIÁS

**Eonilson Antonio de Lima[[1]](#footnote-1)**

**Adelma Ferreira de Souza[[2]](#footnote-2)**

**Resumo:**

O texto trata a luta pela terra e conflitos agrários no antigo Norte Goiano, antes da BR 153, com chegada de camponeses que migraram em busca de terras para se livrarem da opressão do latifúndio e pós-abertura da rodovia, com a chegada do capital transformando as relações sociais na região. Analisaremos as frentes migratórias, os conflitos agrários e as estratégias de lutas e resistência que consolidou na criação dos assentamentos rurais, numa perspectiva materialista dialética.

**Palavras-chaves:** Projeto de Colonização;Expansão Capitalista;Conflito Agrário.

**Introdução**

O movimento em torno da ocupação das terras do antigo norte goiano, as interfaces das forças convergentes e divergentes na apropriação dos espaços, o enfrentamento das forças antagônicas, as articulações e alianças impetradas por estas forças, a formação das classes no interior da fronteira, seus desdobramentos antes e depois dos governos militares foi marcado por profundas contradições e violências entre seus atores envolvidos em distintos momentos.

A região foi palco de intensas lutas envolvendo trabalhadores e latifundiários numa violenta e massiva disputa pela terra. Posseiros, extrativistas, indígenas, trabalhadores imigrantes de várias partes do país que vieram para a região em busca de terras onde pudessem se estabelecer e garantir sua reprodução social e manter-se no seu lócus de trabalho, após o advento da rodovia BR 153 Belém Brasília e dos governos da Ditadura Militar, foram acossados pelo grande capital que os expropriaram violentamente de suas propriedades.

As narrativas sobre os conflitos pela posse da terra, o olhar dos trabalhadores (as), suas versões e suas memórias sobre estes conflitos são negligenciados e quase sempre estes sujeitos são tratados como vítimas do Estado e dos fazendeiros. Neste sentido, questiona-se a existência de lacunas historiográficas, pois as fontes que predominam são as dos que provocaram ou observaram o conflito, excluindo os personagens centrais de tais conflitos e suas narrativas que foram descuradas na historiografia. Deste modo, a centralidade deste estudo e está em trazer estes atores sociais para o centro das reflexões historiográficas sobre conflito agrário na região norte do Tocantins.

As análises serão norteadas pelo Materialismo Dialético, já que nos propomos analisar os antagonismos que provocaram a violência agrária na região norte do Estado do Tocantins envolvendo fazendeiros e trabalhadores rurais, contradições essas, que são históricas em que o objeto de disputa “a posse da terra” representa a disputa pelo controle dos meios de produção material. Portanto, é necessária que se faça também uma análise material da realidade.

Utilizar-se-á também a Análise Documental onde serão observados arquivos familiares, transcrevendo-os, analisando as entrevistas e os documentos estudados. A utilização desta técnica permitirá o aprofundamento nas reminiscências do conflito através dos arquivos familiares que também são entendidos como uma seleção da memória, o que permite observar o que lembram e como lembram.

A região do Antigo Norte goiano que durante séculos manteve suas relações comerciais com o norte e nordeste através dos rios Araguaia e Tocantins através de pequenos barcos e trilhas boiadeira, foi, por muito tempo, “considerada” isolada do Centro Sul do Estado, que já estava integrada a economia de mercado com o Sudeste do país facilitado pelas redes ferroviária e rodoviária ligando os mercados produtores e consumidores de Goiás a São Paulo, Minas Gerais e demais Estados do sul do país.

O escopo deste trabalho é analisar os desdobramentos das ações de ocupação na região do norte goiano, atual Estado do Tocantins, através do projeto de colonização do governo militar, o desencadeamento dos conflitos agrários e as estratégias utilizadas pelos posseiros nas ações de resistência frente ao latifúndio e ao capital instalado através dos empreendimentos agropecuários.

O processo que culminou na ocupação e no conflito pela posse da terra na região do Antigo norte goiano se dá em dois momentos e por correntes migratórias distintas. Em um primeiro momento, o conflito foi protagonizado eminentemente por grupos indígenas, ribeirinhos localizados nas margens dos rios, vaqueiros que cuidavam dos rebanhos de fazendeiros nas áreas de várzeas as margens dos rios, ou de posseiros que vieram fugindo das secas ou de conflitos nas regiões do nordeste e se localizaram prioritariamente no extremo norte na região conhecida como Bico do Papagaio ou mais ao noroeste nas margens do rio Araguaia na divisa com o Estado do Pará. Em um segundo momento, após o advento da rodovia Belém-Brasília (BR 153), a partir da década de 1960, incidindo numa nova leva de imigrantes oriundos das regiões sul e sudeste do país em busca de terras e de trabalho onde pudessem se livrar da condição do arrendo, da submissão ao fazendeiro. Essa nova leva de imigrante provenientes do sul estão relacionados a um movimento de trabalhadores que migraram de outras regiões em busca de terras, avançando sempre a frente do latifúndio que vinha em seu encalço após amansar[[3]](#footnote-3) as terras, eram expulsos e se mudavam para outras regiões mais distantes ainda desocupadas até serem de novo alcançados e expulsos pelo latifúndio.

**A Criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás-CANG e a Migração Rumo ao Norte de Goiás.**

O projeto de interiorização protagonizado no Estado Novo[[4]](#footnote-4), do governo de Getúlio Vargas no inicio de 1938, mobilizou forças no sentido fomentar o povoamento do interior do país onde a densidade populacional era relativamente baixa, para isso criando mecanismos de colonização como o caso da Colônia Agrícola Nacional de Goiás-CANG, implantada através do Decreto-Lei Federal nº 6.882 em 19 de fevereiro de 1941e tinha como finalidade garantir a oferta de produtos agrícolas para a cidade de Anápolis, situado a 170 quilômetros e principal entreposto comercial com o Sudeste através da estrada de ferro.

A ação do governo veio com um forte apelo propagandístico que atraiu milhares de camponeses para região. As vantagens anunciadas pelo governo como publicou o jornal *O Popular* na época, “mais de 20 mil contos serão empregados na grande Colônia que vai ser fundada nesse estado”. (O POPULAR 22 DE AGOSTO DE 1940) provocou forte fluxo migratório chegando “ à existência de “mais de 10 mil pessoas” na CANG em 1946 e, de fato, a população recenseada atingiu 29.522 habitantes em 1950, contingente relativamente significativo para menos de uma década de ocupação”. (PÁDUA, 2007, P.630) chegando em 1950 com uma população de 29.522 habitantes.

 A burocracia e a lentidão do Estado em resolver o processo da consolidação do Projeto de Colonização no Estado de Goiás, era um estímulo à expansão de núcleos de posseiros para outras regiões ao entorno. Claudio Lopes Maia em um estudo sobre o conflito pela posse da terra na fronteira e a resistência dos posseiros Trombas e Formoso, afirma que “o processo de entrada no Núcleo Colonial era moroso, obedecia a trâmites burocráticos e a uma rigorosa seleção. Tanto assim que, de 1941 a 1944, só foram instalados na região dez famílias” (MAIA, 2008, P.54).

Na esteira da lógica da terra como meio de produção capitalista empurra o camponês cada vez para as regiões mais distantes abrindo frentes e as tornando acessíveis foram se espalhando pelas adjacências das cidades mais próximas ou avançando em direção ao norte, como no caso de Uruaçu, Trombas e Formoso, Porangatu até chegar ao extremo norte do Estado após a chegada da Rodovia Belém- Brasília. Os motivos eram em geral a questão do acesso às terras férteis, fator preponderante no avanço das frentes pioneiras. Como explica Borges (2000, p.136), “ as terras menos valorizadas encontravam-se no norte do Estado, onde a fronteira agrícola permanecia aberta e as terras devolutas eram abundantes e de fácil acesso”. Deste modo, os trabalhadores vão caminhando e avançando até ser novamente empurrado pelo *grileiro*, agente importante para a consolidação do capitalismo no campo.

Ao contrario do posseiro- que tem na terra um meio de subsistência ou do capitalista que deseja expandir seus investimentos e ampliar o poder econômico- o grileiro, na engrenagem da questão da expropriação das terras, atua como um facilitador de entrada do capital, adulterando documentos, subornando, policiais, donos de cartórios, juízes e adulterando documentos, fazendo com que os posseiros se vissem desassistidos e impotentes diante da situação em que a expropriação de suas terras parecesse tudo dentro da legalidade, e os que resistissem fossem ameaçados e acossados por pistoleiros que em geral estavam a serviço dos mesmos.

O camponês posseiro acuado por esse personagem que se articula como agente da justiça, políticos locais e latifundiários, frequentemente procurava outra região mais distante para se estabelecer com sua família, formando uma nova propriedade até novamente um dia ser empurrado por outro novo grileiro. “Enquanto a terra era abundante, isso era possível. Sempre que o grileiro chegava com sua milícia particular e o expulsava, o camponês, sem condições de resistir, não tinha outra saída a não ser procurar outra terra". (SILVA, 2000, pp.28/29)

Desta forma, a abertura da BR 153 oportunizou o acesso à terra aos camponeses que buscavam a garantia de sua reprodução social através de projetos de ocupação de terras no extremo norte do Goiás na década de 60 e 70, onde hoje é o Estado do Tocantins. Esta rodovia promoveu também o encontro das frentes migratórias no contexto da frente pioneira e da frente de expansão no Norte de Goiás. Tanto de posseiros, que peregrinaram por várias regiões em busca da terra, expulsos por grileiros, ou que esquivavam do arrendo, ou porque queria aumentar a gleba de terra submetendo-se a uma lógica de exploração da forca de trabalho, como do grande capital escudado pelo aparato estatal e judicial.

O programa da implantação de projetos de colonização para o norte de Goiás foi uma ação governamental cuja finalidade era ocupar os “espaços vazios” com camponeses oriundos de outras regiões numa perspectiva de uma ocupação planejada e controlada pelo Estado. Para Carlos Leandro Esteves é

Importante ressaltar que essa lógica de ocupação dos „espaços vazios‟ será em grande medida retomada pelo governo goiano na década de 1960. Atualizada nos planos de colonização do IDAGO ela cumpre o desígnio de promover a ocupação ordenada numa extensa área onde a Marcha para o Oeste não havia completado seu avanço na década de 1940. (ESTEVES, 2011, P.233)

Assim foram criados pelo governo estadual vários projetos de colonização, os denominados CAU ( Combinado Agrourbano), dentre alguns dos projetos criados, essa região foi contemplada o Projeto Integrado de Colonização Bernardo Sayão no governo Mauro Borges, que coincide com a frente migratória de trabalhadores que chegavam de várias partes do país. Esteves avalia que o

Também conhecido como Núcleo Colonial Bernardo Sayão, o núcleo de Araguacema foi inicialmente implantado pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização e posteriormente assumido pela Secretaria da Educação tendo em vista a falta de apoio por parte do INIC. Dispondo de uma área de 100.000 ha de terras, o núcleo em 1963 contava com cerca de 100 famílias, havendo, entretanto, o plano de que mais 300 famílias seriam recrutadas. (ESTEVES, 2011, p.238).

Entretanto, seja pela morosidade do Estado ou falta de vontade política do governo entorno da questão agrária, o fato é que os combinados agroUrbanos apenas integrou parte do grupo de imigrantes que motivados pela intensa propaganda do governo, chegaram ao extremo norte de Goiás. Cabendo aos demais que foram excluídos da condição de colono, fixar-se na periferia das cidades e trabalhar na derrubada da mata e formação de fazenda na condição de peonagem.

Nesse conjunto de situações que envolvem a luta desses camponeses pelo acesso a terra, um fator importante que tem que ser considerado, é que antes do golpe militar e da chegada do capital latifundiário, já existia uma frente de imigrantes reivindicando terras para construírem seu *lócus* de trabalho e reprodução familiar que foi em parte, destruída pelo avanço do latifúndio financiado pelo Estado através dos grandes empreendimentos agropecuários.

**A Expansão do Capital e os Conflitos Pela Posse da Terra**

A fronteira agropecuária capitalista instalada na região norte de Goiás, impactou severamente tanto os imigrantes que chegaram a busca da terra para conquistar sua liberdade da opressão dos latifundiários, quanto posseiros ribeirinhos localizados as margens dos rios e comunidades indígenas instalados há décadas ou séculos na região causando intermitentes e violentas disputas. Tais disputas evidenciaram as contradições dos projetos pensados e colocados em prática na segunda metade do século XX para essa região.

 Analisando os conflitos agrários na Amazônia relacionando-os com o conceito de fronteira e das frentes migratórias, numa perspectiva apresentada por Martins (1980), em que reafirma a necessidade de refutar uma linearidade destes conceitos e dos acontecimentos na região da fronteira. Martins traz o debate crítico para refletir fronteira como lugares sociais diferenciados de ocupação territorial, onde se apresenta dois movimentos distintos e conflituosos que disputam entre si o mesmo território já ocupado anteriormente por sociedades tribais.

O sociólogo José de Sousa Martins, estudioso dos conflitos agrários na região Amazônica no período dos governos da Ditadura Militar, analisa os movimentos que povoaram a região antes e depois do período após o golpe e os definem como *frente de expansão e frentes pioneiras.* O primeiro, diz respeito ao deslocamento de posseiros, que representa a sociedade nacional (branca) que se expande sobre os territórios tribais. O segundo movimento é fundado pela ocupação empresarial e capitalista do território. (MARTINS, 1980, p.75).

Para Martins a centralidade desta discussão sobre fronteira está na questão do conflito social.

Nesse conflito a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. (MARTINS, 1997, p.150).

Desse modo a compreensão das frentes de deslocamento das populações sobre a fronteira se apresenta pelo confronto das diferentes modos de vidas e prática sociais e diferenças de sentidos relacionados à disputa pela terra. No entanto Martins reforça que “o que temos, nas duas definições, é, antes de tudo, modos de ver a fronteira, diferentes entre si porque são diferentes, nos dois casos, os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada”. (MARTINS 1997, P 152).

 Nesse caso haveremos de considerar que não houve homogeneidade nos grupos de imigrantes que chegaram à região e devemos considerar que essas duas frentes migratórias aconteceram simultaneamente nessa região mesmo considerando que uma classe- camponês, já havia migrado para essa região bem anterior ao advento da Rodovia. Todavia, mesmo se partirmos da possibilidade que as correntes migratórias e econômicas não são coincidentes e que a frente de expansão antecede a frente pioneira, há tendência a negar o movimento dos camponeses que migraram tanto fora da lógica do grande capital ou de trabalhadores trazidos como força de trabalho.

Como exemplo das duas forças que chegaram concomitantemente à região trazemos o caso do Senhor Adebal Rufino de Oliveira, mineiro de São Gotardo, imigrante que chegou à região no final da década de 1960 motivado pela propaganda que se espalhava em todas as regiões do país sobre as vantagens da Amazônia, dá o seguinte depoimento sobre a região.

Naquela região o sudeste de Goiás ai noticia chegou logo na década de 50, em 58 e 59 a notícia já estava esparramando dentro do sul de Goiás. Noticia boa a década de 58 quando começou entrar a Belém Brasília a noticia já esparramou olha a região lá é muito boa é muito rica tem muita mata é boa tá no jeito da pessoa que num tem condição adquirir terra de graça ai o tempo passou nós já vei vindo já 8 ano depois na década de 68 e nós chegamos aqui ainda tinha muita terra boa[ e vocês vieram de que?] nos viemos de ônibus peguemos vendemos tudo que tinha lá, botemos as malinhas e tudo que tinha dentro do ônibus e caminhemos pra cá quando nós chega aqui isso aqui tava tudo novo, tudo novo enfrentemos muita dificuldade , num vai pensar que isso aqui era o céu na terra na parte da sociedade que num era não naquele tempo num tinha telefone num tinha energia nois num tinha hospital médico aqui você tinha que ir para Balsa no Maranhão ou Pedro Affonso ou Porto Nacional. (ENTREVISTA ORAL COM ADEBAL RUFINO, 15/09/2010).

Segundo Vieira (2012, p 66) “O deslocamento em direção à fronteira se constitui, para os camponeses, numa possibilidade de se desvencilhar das relações de dominação dadas pela grande propriedade”. Mesmo que em muitos casos seja necessário utilizarem de táticas diferentes, visto que invariavelmente o grileiro, o latifúndio e o capital estão sempre no acosso, como afirma em uma entrevista Urbano (1988) apud VIEIRA (2012: 66).

A pobreza viaja toda vida na frente, a riqueza no aceiro. É os bestaião amansando a mata e os ativos atrás tomando. É o que aconteceu no Maranhão e Goiás, o pobre abrindo estrada na frente, o rico atrás tomando. O pequeno não tem as mangas pra tocar questão com o rico. Quando dá fé já chegou a carta do barão (Urbano, 1988).

Só que no caso da região do norte goiano apesar da migração de trabalhadores anteceder o golpe de 64, foi a partir deste, que com o lema de “Integrar para não entregar”[[5]](#footnote-5) os latifúndios agroexportadores passaram a ocupar maciçamente as áreas ainda vazias, ou ocupadas esparsamente por posseiros, garimpeiros e indígenas.

**Capital, Estado x trabalhadores na Fronteira Amazônica.**

Como mecanismo de controle para garantir os investimentos e a hegemonia capitalista em terras amazônicas, os Governos dos militares criaram a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM em substituição à velha SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) constituída no governo de Getúlio Vargas. A SUDAM tinha como finalidade apoiar os grandes projetos de ocupação da Amazônia através de subsídios fiscais e créditos para investidores interessados em ocupar as terras devolutas da Amazônia. Após a criação da SUDAM, uma década depois se cria o Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA que tinha como finalidade a administração das questões agrárias, que nessa região já apresentava sinais de crise, devido consolidação do projeto agroexportador sustentado na concentração das terras.

A propaganda do governo militar enaltecendo as vantagens e abundancias de terras férteis, desenvolveu o entusiasmo e otimismo de trabalhadores rurais e empresários capitalista sobre a região do norte de Goiás que desembocaram em enormes conflitos agrários. Octavio Ianni, (1978, p.158) afirma que “As tensões e os conflitos cresceram de envergadura e multiplicaram-se em número, na mesma proporção que cresceu o afluxo de empresa e empresários para área em busca de terras boas para pastagens, lavoura e mineração ou extrativismo.”

A ação do grande capital na apropriação e na expansão da propriedade privada em terras na Amazônia, amparada pelo aparelho estatal, resultou no surgimento de conflitos e violência provocados pelos interesses antagônicos entre latifundiários e camponeses que em tal contexto, viviam na condição de trabalhadores rurais e posseiros.

Na medida em que ocorrem novos desenvolvimentos das relações capitalistas de produção na área (...) Agravam e explodem as contradições entre os posseiros, os grileiros,e os fazendeiros. Contradições essas que envolvem várias modalidades de violência: tanto a violência privada, praticada pelos pistoleiros ou jagunços a mando de grileiros e fazendeiros, como a violência estatal legitimada e praticada por policiais ou outros segmentos do setor público (ibid, P. 16)

 A terra, *locus* de trabalho do camponês e reprodução da vida, após a chegada do grande capital se transforma em mercadoria e “é apropriada de forma privada” (IANNI, 1978, P.160), e essa apropriação ocorre de forma massiva, articulada e violenta. Como relata este autor um “Respeitável grupo econômico do sul que havia esticado sua propriedade de 98 mil hectares, formados com 32 títulos adquiridos separadamente, para 604 mil.” (ibid,167)

 As contradições em relação frentes migratórias para a Amazônia se apresentaram nos interesses e perfis dos atores envolvidos na disputa destas terras. Enquanto entre os posseiros e trabalhadores geralmente encontravam pessoas simples, com baixa ou nenhuma escolaridade e despossuídos economicamente, os novos fazendeiros são em regra, “médicos, industriais, comerciantes, fazendeiros, chefes políticos, vereadores, funcionários públicos etc.” Guimarães *apud* Ianni (1978, p. 213)

 O crescente aumento do latifúndio como resultado do avanço do capitalismo no campo ampliou também o numero de proletários rurais, acirrado pelas expropriações das terras dos camponeses, ou “pela atração de trabalhadores excedentes dos estados do nordeste ou outras regiões do país”. (IANNI 1978, p.235). São esses trabalhadores, proletários rurais que realizam todo o processo de ampliação e efetivação da atividade capitalista no campo, desde trabalho de derrubada, queimada da floresta, a formação de pastagens até a “defesa da propriedade, como produção e reprodução do capital” (ibid, p. 235)

 Desse modo, a chegado do capital nesta região materializada em grandes fazendas pecuarista transformou as relações sociais no campo. Os conflitos entre latifundiários e posseiros foram gerados pelos violentos processos de disputa pela posse da terra, na transformação da terra, que era como local de vida e de trabalho, em mercadoria, na modificação desta terra de valor de uso em valor de mercado através da introdução e consolidação do capitalismo agrário na fronteira da Amazônia.

**Da instalação do latifúndio a violência e a resistência**

O conflito entre o grande capital nacional e internacional instalados na Amazônia e trabalhadores aconteceram em circunstâncias diversas, desde as investida sobre as terras dos posseiros, as condições degradantes de trabalhos nas aberturas das áreas para a formação de pastagens como também no enfrentamento de pistoleiros, com polícia em casos de ocupação dos latifúndios pelos trabalhadores. Assim como, as circunstâncias foram diversas, os mecanismos utilizados pelos latifundiários para intimidar os trabalhadores também foram inúmeros (ameaças, torturas, assassinatos) utilizados amplamente pelos latifundiários com aquiescência de policias, delegados, juízes e demais autoridades locais e regionais.

Enquanto as reformas políticos-jurídicas eram feitas pelos próprios ditadores, no campo, especialmente na Amazônia, expulsão de posseiros pelo capital agrário de origem urbana e multinacional, combinada com uma ação de grileiros apoiado pelos policiais locais, assumia proporções nunca vista. (SANTANA P.114).

As tensões em torno da posse da terra foram se agravando na medida em que o projeto de colonização capitalista ia se consolidando e as áreas das florestas ficando quase totalmente ocupadas pelo latifúndio. Isso aconteceu porque assim que avançavam sobre as terras dos posseiros estes foram forçados a migrarem para as periferias das cidades mais próximas já que a ocupação foi massiva e não tinha mais áreas desocupadas para se instalarem. Foram se misturando aos trabalhadores que vieram de outras regiões para trabalharem na derrubada da floresta para a formação de pastagens, depois que a empreitada terminava, ficavam desempregados e assim como os posseiros que tiveram suas terras expropriadas, eram forçados a também se submeterem as condições subumanas das periferias das cidades mais próximas e assim foi se formando uma classe de proletários urbanos nas periferias.

Segundo Padre Mario Aldighieri, que escreveu sobre a trajetória do Padre Josimo e os conflitos na região do Bico do Papagaio no extremo norte do Estado de Goiás, as circunstâncias históricas são extremamente importantes para analisar o surgimento de uma classe, seu desenvolvimento interno e sua relação com as outras classes da sociedade. (ALDIGHIERI,1993, P.86) e que o campesinato-classe é fruto da expansão do capitalismo (MARTINS,1981, P .09) tendo sua origem na resistência destes às classes dominantes que tentam impedir sua liberdade.

O campesinato progressivamente insubmisso primeiro contra a dominação pessoal de fazendeiros e coronéis, depois contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários e já, agora contra exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista e na politica econômica do Estado que cria e garante essa sujeição. (MARTINS, 1981. P 10)

Observa-se o rompimento dos camponeses à sua submissão aos latifundiários contra a exploração de seu trabalho nas grandes fazendas, a instabilidade financeira com fim dos trabalhos de formação de pastagem e da situação de exclusão nas periferias das cidades no entorno destes empreendimentos agropecuários. Assim foram se organizando enquanto classe, através da sua organização sindical e uma das formas de contrapor essa lógica capitalista foram às ocupações das grandes fazendas.

Nesta perspectiva, podemos relacionar as lutas de enfrentamento ao capital e ameaça do modo produção e de vida desses camponeses à definição de Thompson (2010) sobre classe social, que a define como resultado das experiências vivenciadas e pelos sujeitos num processo histórico.

A classe social acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram- ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 2010, P.10).

Estes camponeses, na condição de trabalhadores rurais, contaram com o apoio de uma ala da Igreja Católica que fazia opção pelos pobres e um dos expoentes deste movimento nessa região foi o Padre Josimo de Moraes Tavares da prelazia de Tocantinópolis que orientavam nas organizações destes frente à violência e o terror espalhado pelos latifundiários e como articulador entre outros segmentos dos movimentos populares e a igreja inclusive os ajudando a se organizarem como classes através da criação de Sindicatos e defendendo-os com assessoria jurídica . A organização dos trabalhadores rurais no Bico do papagaio, não foi tarefa fácil, por muitas vezes fazendeiros, jagunços armados invadiram o local onde os camponeses estavam reunidos. “Várias vezes o próprio GETAT[[6]](#footnote-6) e a polícia tentaram pressionar e esvaziar a formação dos órgãos de classe”. (ALDIGHIERI,1993, P.88).

Contudo mesmo diante das pressões de fazendeiros, pistoleiros, polícia, juízes, políticos locais os trabalhadores foram se organizando em torno da igreja e de sindicatos e foram pressionando contra as invasões do capital sobre suas terras e reivindicando Reforma Agrária chegando a reunirem um efetivo de 6.000 (seis mil) trabalhadores, de diversos sindicatos e cidades vizinhas e filiados a “Central Única dos Trabalhadores e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura” (ALDIGHIERI,1993, P.89).

A organização dos trabalhadores em torno da defesa de suas terras e do movimento pela Reforma Agrária, representou um perigo iminente para os latifundiários que de acordo com lógica capitalista tinham a propriedade da terra como direito líquido e certo, mesmo que contraída de forma escusa. A partir dessa premissa os latifundiários desenvolveram estratégias de repressão contra a organização dos trabalhadores e dos movimentos sociais de apoio a estes. Formaram grupos de pistoleiros, criaram milícias armadas com o pretexto de defender o direito à propriedade. Estas milícias muitas vezes foram formadas por ex-policiais que para os trabalhadores humildes não se distinguiam quem era da ativa e da reserva.

A luta dos trabalhadores em defesa da posse da terra foi condição *sine qua non,* para sua reprodução familiar e garantir os mínimos para sobrevivência, foi a defesa da terra de trabalho livre em detrimento de uma terra de negocio “cativa[[7]](#footnote-7)”. O trabalhador posseiro, ou imigrante vindo para a abertura da floresta, acuados por pistoleiros, policias, e fazendeiros com a poio da igreja, organizaram sindicatos e enfrentaram os latifúndios como um caso citado por ALDIGHIERI baseado nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra Araguatins a ocupação da fazenda Ouro verde Localizada naquele município.

O aparelho estatal a serviço do capital, na consolidação do latifúndio, concatenou fazendeiros, pistoleiros, polícia, cartórios, juízes na repressão dos trabalhadores rurais e das organizações de defesa destes como padres e freiras, advogados e lideranças sindicais, vitimas de perseguições, torturas e ameaças de morte. Segundo Osvaldo de Alencar, advogado da CPT o latifundiário “ é rico, contrata advogados, entra em contato direto com as autoridades politicas e judiciárias do estado, vai a casa do juiz, vai ao INCRA, e já tem a conivência dos executores do projeto fundiário consegue fazer com que o todo o processo fique a seu favor. (ALDIGHIERI, 1993. p.p 114-115)

Na Amazônia no ápice do conflito, quando as ações e reações recrudesceram em função da não sujeição do trabalhador e do posseiro ao latifundiário, resistindo a expropriação de suas terras, as condições degradantes de trabalhos ou ocupando o latifúndio como forma de garantir a reprodução familiar, a contratação de pistoleiros tornou-se uma prática corriqueira para “eliminar” os desafetos de conflitos por terra. Latifundiários e pistoleiros agiram sustentados na certeza da impunidade, haja vista que, o aparato jurídico e político do Estado se encontravam a serviço do projeto de consolidação do capitalismo agrário na Amazônia.

Bernardo Mançano Fernandes (2005) denuncia que no período dos militares,

Foram assassinados 1.106 trabalhadores rurais, numa luta sangrenta contra a expropriação, a grilagem de terras, contra os despejos violentos, o trabalho escravo, a queima das casas e das lavouras, a exploração dos trabalhadores assalariados e sem direito etc. (...) Resistindo a essa realidade, os trabalhadores rurais, posseiros, sem terra e assalariado, organizam para transformá-la. (FERNANDES,2005, P. 33)

Contudo apesar dessa região na Amazônia ter se tornado um território do medo, da impunidade, da devastação da floresta em função do coronelismo regional, do clientelismo político estabelecido entre as oligarquias locais e o poder central, essa também foi um espaço de sonho de muitos trabalhadores imigrantes que chegaram à região nas mais variadas condições. Martins afirma que (1997, p. 147) *“*apesar da história de deslocamento da fronteira agrícola ser de destruição, é também é uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança”.

E foi imbuído deste sonho que camponeses impuseram enquanto classe, sujeitos de direitos contra latifundiários, órgãos governamentais, órgãos judiciais, lutando enfrentando, se necessário, a morte para garantir o acesso a terra, tão prometida. Tanto que, entre as décadas de 70 e 80 expande os processos de ocupações de terras tanto na região Bico do Papagaio com 36 ocupações, como na região noroeste do Tocantins que envolve as regiões do médio Araguaia e Araguaína com 25 ocupações chegando um total de 90 ocupações no final desse período (INCRA, 2013).

 Atualmente em todo Estado do Tocantins se consolidou a criação de 376 assentamentos rurais, como concretização da luta politica e organização social destes camponeses buscando garantir o acesso a terra, a segurança da família e seu modo de vida.

**Considerações Finais**

O processo de colonização do Antigo norte de Goiás no formato como normalmente é exposto apresenta uma enorme lacuna histórica. Pois, o progresso apontado em forma de amplos investimentos do Estado brasileiro em grandes empreendimentos agropecuários comandado pelo capital nacional e internacional consumiu enormes cifras em investimentos, devastou a natureza destruindo indiscriminadamente a floresta, provocando um enorme impacto ambiental, e, por conseguinte, espoliou trabalhadores utilizados como força de trabalho nas aberturas das fazendas e expropriou camponeses posseiros, ribeirinhos, extrativistas e comunidades inteiras de indígenas.

Os militares transformaram a Amazônia em local de esperança, cobiça e medo. Os trabalhadores que vislumbravam sua independência da condição de submissão e exploração do fazendeiro com a cobrança do arrendo, e na condição de meeiro, se vê diante da ambição e da ira o grande capitalista sob suas posses.

Enquanto o governo da ditadura e o capital estabeleceram uma relação simbiótica na Amazônia garantindo o lucro líquido e certo, de uns em troca do apoio ao regime de exceção de outros, a classe formada nas periferias por posseiros, ribeirinhos, extrativistas expropriados de suas terras e trabalhadores rurais migrantes de outros Estados, foram alijados dos projetos e políticas de governos, impedidos de participar do projeto de desenvolvimento da sua região.

O projeto de ocupação na fronteira amazônica não foi de acordo com a narrativa que o estado brasileiro apresenta, não foi “terra sem homens para homens sem” e muito menos “integrar para não entregar”. No primeiro caso, porque já havia camponeses posseiros nas matas, nas beiras de rios, indígenas. No segundo lugar, porque entregaram grandes áreas de terra aos empresários capitalista, direcionando a ocupação, com privilégio do acesso a capitais, segregando os trabalhadores que vieram como parte do processo, e provocando intensos conflitos, violência e morte nas disputas pela terra, tais projetos não se efetivaram como foi planejado, porque os trabalhadores não se submeteram ao lugar que lhes foi reservado nesse processo, apenas como fornecedor de mão de obra, se organizando enquanto classe para lutar contra a efetivação da ocupação na Amazônia oriental.

Enfrentando diretamente fazendeiros, sendo muitas vezes torturados por pistoleiros, despejados a força por policiais avançaram resistindo e ocupando fazendas, órgãos públicos até conquistarem o acesso à terra com a implantação de assentamentos. Os trabalhadores responderam articulando movimentos, mostrando sua insatisfação ao projeto do governo.

Assim, como em outras localidades, o conflito na região do Antigo Norte de Goiás atual Estado do Tocantins, mostra que os trabalhadores organizados, tornaram sujeitos políticos e foram capazes garantir seu pedaço terra os assentamentos rurais, saindo da marginalidade, integrando-se a economia e sociedade local através ampliação de direitos, acesso a renda e através da produção agrícola e criação pecuária.

**Referencias Bibliográfica**

ALDIGHIERI Mario. **Josimo: A terra, a vida**. Loyola. São Paulo, 1993.

CAVALCANTI, Klester. **Viúvas da terra**. Planeta do Brasil. São Paulo, 2004.

FERNANDES, Bernardo M. Camponeses no Capitalismo. In: CARVALHO, Horácio Martins de Carvalho – **O campesinato no século XXI: Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento do Campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes – 2005.

GUIMARES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndios.** Rio de Janeiro: 3ª ed. Paz e Terra, 1968.

IANNI, Otavio. **A Luta pela terra: história social da terra e luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1978.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**.São Paulo: Hucitec, 1997.

PÁDUA, Andréia Aparecida Silva de. **A sobrevida da Marcha para o Oeste.** Estudos, Goiânia, v. 34, n. 7/8, p. 623-643, jul./ago. 2007.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Expropriação e Violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a politica no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

PICOLI, Fiorelo. **O Capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: expressão Popular, 2006

SILVA, José Santana.Comissão Pastoral da Terra e as Lutas dos Trabalhadores Rurais em Goiás. In. **Temas de Sociologia Rural**. Pará de Minas, Virtualbooks,2009. Pp.112-151

SILVEIRA, Marcos César Borges. **Herdeiros de Sísifo**. Porto Alegre, Editora Universidade/ UFPEL, 2009.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa- I.** São Paulo, SP, Editora Paz e Terra, 2010.

1. Mestrando em História/ UFG, eonilsonlima@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutoranda em Ciências Sociais/IFCH-Unicamp, adelma.souza3@hotmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. O termo Amansar as terras foi largamente utilizado ao referir-se as terras mais distantes de difícil acesso sem estradas e com muita incidências de animais ferozes eram também denominada pelos camponeses da região de terras bravias que necessitavam ser amansadas. [↑](#footnote-ref-3)
4. Aqui trataremos o Estado Novo como o período do governo de Getúlio Vargas que foi marcado no campo politico como ditatorial que compreende de 1937 a 1945 e que foi marcado por instabilidades politicas e a consumação do golpe de estado em novembro de 1937. [↑](#footnote-ref-4)
5. Sob o slogan nacionalista: “integrar para não entregar”, os militares implementaram um processo de ocupação da Amazônia, abrindo estradas cortando imensas áreas de florestas e financiando o grande capital nacional e internacional para desenvolverem projetos agropecuários, mineratórios, extração vegetal e de colonização da região. O que era um projeto de integração das populações do norte as do centro sul, o que de fato ocorreu foi a entrega da região para o a reprodução do capital.

 [↑](#footnote-ref-5)
6. Grupo Executivo Araguaia Tocantins, órgão criado pelo governo Federal pelo Decreto-lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980 para resolver os problemas referentes aos conflitos de terras na região conhecida como Araguaia Tocantins envolvendo os estados de Goiás, Mato grosso, Pará e Maranhão. [↑](#footnote-ref-6)
7. Josimo Morais Tavares foi um sacerdote católico, coordenador da Comissão Pastoral da Terra, assassinado a mando de fazendeiros da microrregião do Bico do Papagaio por sua defesa dos trabalhadores rurais em 10 de maio de 1985 na cidade de imperatriz no Estado do Maranhão. [↑](#footnote-ref-7)